

Emendas populares começam a ser recebidas hoje

Propostas que garantem a participação da sociedade poderão ser entregues até 13 de agosto



A sala especial da Sistematização, no Anexo III da Câmara, já está pronta para receber as emendas populares

Líderes vão almoçar com presidente

Já no exercício interino da Presidência da República, o deputado Ulysses Guimarães reuniu hoje, para um almoço no Palácio do Planalto, todos os líderes partidários na Câmara, no Senado e na Constituinte, além das mesas diretoras das três casas. Apenas o PDT e o PT, segundo informaram da tribuna os líderes Brandão Monteiro e Luiz Inácio Lula da Silva, recusaram o convite.

O objetivo do encontro, segundo o próprio Ulysses, é promover um "entendimento democrático" entre os diversos setores da Constituinte. Ele explicou que este tipo de conversa entre os partidos é "praxe" nas democracias mais avançadas do mundo. Sobre o momento em que se elabora uma nova Constituição, como afirmou, o entendimento político é altamente salutar para o processo democrático.

Afirmando que oferecerá o almoço na condição de presidente interino da República, além de presidente da Câmara, da Constituinte e do PMDB, o deputado estranhou a recusa dos líderes do PT e do PDT. No final da tarde, ele ainda não havia recebido qualquer comunicado formal dos dois partidos.

Ulysses também confirmou, para a próxima sexta-feira, o seu jantar com os governadores do partido. Não escondeu que a pauta do encontro será a convenção nacional do próximo final de semana, chegando a afirmar que discutirá com os governadores as moções encaminhadas para deliberação do partido.

Mello propõe parlamentarismo após Sarney

A adoção do regime parlamentarista de governo só ocorrerá com a posse, após eleição direta, do próximo presidente da República, de acordo com emenda apresentada pelo senador do PMDB do Amazonas, Aureo Mello, que foi apresentada ontem ao presidente José Sarney.

O presidente da República gostou da ideia, disse o senador amazonense, que justifica sua emenda ao projeto da Constituição com a necessidade de que haja um espaço de tempo entre a aprovação do novo regime e sua implantação, para que surja "um sistema meditado, amadurecido, sem acodamento, capaz de proporcionar ao país estabilidade democrática e Governo unido pela vontade popular".

Arbage quer a extinção dos partidos

O deputado Jorge Arbage (PDS/PA), 2º vice-presidente da Assembleia Nacional Constituinte, começou a recolher ontem assinaturas para um projeto de decisão estabelecendo a extinção dos partidos de imediato. Arbage garante que está obtendo mais adesões do que esperava.

Ele lembra que os partidos estão divididos em vários grupos e correntes, o que prejudica o quadro político e dificulta o processo de transição. Arbage quer partidos fortes e com posições definidas.

Jorge Arbage denuncia a falta de lideranças, militares e civis, que tenham condições de conduzir as massas e orientar política. Os que sobraram, como Ulysses Guimarães, Aurilano Chaves, Jarbas Passalunho, Mário Covas, José Roca, Marco Maciel e alguns outros, têm de ser preservados.

O quadro político tem de ser visto com realidade, sem ficções. Não há, no seu entender, "possibilidade de se estabelecer um pacto dentro do qual possam ser agasalhados reges e troianos, xitas e muçulmanos".

Sem oradores, começa o debate no plenário

Até o início da noite de ontem, apenas três constituintes haviam se inscrito para a estréia, hoje, da discussão do projeto de Constituição no plenário. A lista, com 95 inscrições, mostrava a preferência pelos últimos dias do prazo, que se encerra dia 23 de agosto, e total desprezo pelas sessões extraordinárias dos sábados, domingos e segundas.

A maioria não tinha uma razão especial para a escolha do dia, o que não era o caso do presidente nacional do PT, deputado Luiz Inácio Lula da Silva. Ele escolheu o dia 13 de agosto e não fez segredo: quer garantir espaço para Repercutir a greve geral convocada para a véspera. E o 95º inscrito, Wilson Souza (PMDB/SC), único a optar por um sábado, o 22 de agosto, disse que o fazia exatamente por não ter nada contra esse dia, deixando mais alternativas aos outros.

DEBATE INOQUO

"Esse projeto é indiscutível, por isso não se estabelecerá em nenhum momento a efetiva discussão", disse o líder do PTB, deputado Gastone Righi, que ainda não havia se inscrito. Na sua opinião, "Serão mais dois meses de besteiro, como se fosse coisa nossa". Ele explicou que o projeto apresentado pela Sistematização não encontrou respaldo algum entre os constituintes.

"Val virar um pinga-fogo. Ninguém vai ter motivo para vir aqui", disse por sua vez o deputado Luiz Inácio Lula da Silva (PT/SP), lamentando que

o presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, tivesse rejeitado proposta de Plínio de Arruda Sampaio (PT/SP), para que a discussão fosse organizada em temas, por sessão. Lula assegurou, contudo, que o PT apresentará novo recurso a Ulysses.

A possibilidade levantada pelo próprio relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB/AM), de apresentação de um substitutivo ao projeto que entrará em discussão, fez o deputado Ademir Andrade (PMDB/PA) concluir que "os debates serão inócuos; não levarão a nada". Por isso ele prevê que quando muito o plenário conseguirá reunir 10 constituintes na discussão do projeto de Constituição.

Mas o líder do PDT, deputado Brandão Monteiro (RJ), pensa o contrário. Ele disse ontem que a discussão será a maior importância e sua expectativa é de grande participação, não só de parlamentares mas também da sociedade, nas galerias. Também o líder do PC do B, Aldo Arantes (GO), entende que a movimentação tende a crescer e virão à tona "as fundamentações das posições".

Os constituintes que quiserem fazer pronunciamentos durante os 40 dias destinados pelo Regimento Interno da Assembleia a discussão do projeto de Constituição em plenário precisarão correr. Desde ontem de manhã estão abertas as inscrições para

tal, mas existem apenas 388 vagas, contra os 559 constituintes. O número de vagas, no entanto, poderá aumentar, segundo o secretário-geral da Mesa, Paulo Afonso Martins, se todos os 559 manifestarem vontade de falar. "Podemos convocar novas sessões extraordinárias", explicou.

As 388 vagas estão distribuídas entre as 40 sessões previstas — 23 ordinárias e 17 extraordinárias — que começam hoje, e terminam no dia 23 de agosto. As extraordinárias já marcadas acontecerão sempre aos sábados, domingos e segundas. Nas sessões ordinárias, apenas oito constituintes poderão se pronunciar sobre temas constitucionais. Nas extras, o número sobe para 12. A previsão é de que cada inscrito só poderá falar uma vez nessas quarenta dias, durante 20 minutos, mas Paulo Afonso Martins admite que ao final das sessões se ainda houver vaga e ninguém inscrito, alguns poderão falar duas vezes, e não mais.

PRIMEIRO

O primeiro constituinte a se inscrever foi o deputado Nilson Gibson (PMDB/PE), que escolheu o horário das 15h40 do dia 4 de agosto para seu pronunciamento. "Eu sempre chego às 7h30 aqui no Congresso e normalmente sou o primeiro a me inscrever para falar no pequeno expediente. O fato de eu ter sido o primeiro desta vez também foi apenas uma repetição de uma tradição", disse.

A partir das 9 horas de hoje, a Comissão de Sistematização começa a receber e protocolar as propostas de iniciativa popular, em uma sala especialmente preparada para estas matérias, no setor de Comissões do Anexo III da Câmara dos Deputados. É provável que neste primeiro dia de recebimento não chegue àquela sala qualquer documento, pois a coleta de assinaturas ainda está em andamento. No entanto, já se tem notícias, na secretaria da Comissão, de que algumas entidades promoverão entregas solenes de suas propostas, como a que está sendo preparada por um grupo de Mato Grosso com emenda relativa à área de saúde.

As propostas de emenda popular garantem a participação da sociedade na elaboração da nova Carta, assegurada por dispositivo dos regimentos internos da Assembleia Nacional Constituinte e da Comissão de Sistematização. Segundo o cronograma, elas serão recebidas até o dia 13 de agosto, de segunda a sexta, das 9 às 12h e das 14 às 18h. Até 48 horas depois de protocolado, cada documento será analisado pela Comissão de Sistematização, em reunião extraordinária convocada pela mesa da Constituinte.

O artigo 24 do Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte garante a apresentação das propostas de emenda popular ao projeto de Constituição, "desde que inscrita por 30 mil assinaturas ou mais eleitores brasileiros, em listas organizadas por, no mínimo, três entidades associativas, legalmente constituídas, que se responsabilizem pela idoneidade das assinaturas". O regimento da Comissão de Sistematização, em seu artigo 16, estabelece as condições de recebimento e verificação das exigências para a elaboração do documento. Cada proposta será analisada por amostragem e só depois da comprovação das exigências estabelecidas pelo artigo 24 ela será encaminhada à presidência da mesa da Constituinte.

EXIGÊNCIAS

A assinatura, os dados do título de eleitor e a situação legal das três entidades responsáveis

EUGENIO NOVAES



Cabral, no plenário, ouve discursos e discursos

Debate deve ser agilizado

A racionalização dos prazos encaminhados e debate das emendas populares tem deixado apreensivos o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, e o relator Bernardo Cabral. E que o regimento prevê que na Comissão poderá usar a palavra para defender a proposta por 20 minutos um de seus signatários, qualquer cidadão, desde que indicado para este fim.

Como no período de discussão estão previstas apenas 22 sessões ordinárias e 38 extraordinárias — o que daria para apenas 382 dos 559 constituintes falarem por 20 minutos — uma alternativa terá de ser encontrada para que o regimento possa ser cumprido, pois se prevê um volume de cerca de 100 emendas populares, representando um acréscimo de mais 2 mil minutos para sua discussão.

Para discutir alternativas de compatibilização do regimento com os prazos do cronograma da Constituinte, o presidente Afonso Arinos se reuniu ontem com o relator Bernardo Cabral, o vice-presidente da Sistematização Aluizio Campos e o depu-

pela proposta são as exigências básicas e fundamentais a toda emenda popular.

Preocupadas com a propagação destas informações à população, as entidades e os partidos políticos, como o PT, PCB, PC do B, PDT e PSB, realizam nesta sexta-feira o "Dia Nacional de Coletas de Assinaturas", como uma forma de também garantir as 30 mil assinaturas que cada documento precisa. Com as chamadas "traga seu título de eleitor" e "assinatura em nome das entidades populares", a campanha será desenvolvida em todo o País e, em Brasília, estará centralizada na Praça Lúcio Costa, em frente ao Conjunto Nacional, a partir das 16h.

Também as diversas entidades e as lideranças partidárias envolvidas com a coleta de assinaturas dispõem, em suas sedes, de listas e informações aos interessados em participar da Constituinte através de um desses documentos. As propostas são muitas e dizem respeito a todos os setores enfocados pela nova Carta, como reforma agrária, reforma urbana, reforma tributária, democratização dos meios de comunicação, direito da criança, direito da mulher, direito à saúde, autonomia tecnológica e científica, direitos das populações indígenas, livre organização partidária, direitos dos trabalhadores e aposentados, ensino público e gratuito, não discriminação racial, anistia, fim da tortura, defesa das empresas estatais, eleições diretas em 1988, monopólio do petróleo e mecanismos de participação popular.

Um dos parágrafos do artigo 16 do regimento da Comissão de Sistematização garante que, sempre que a emenda popular coincidir, em seus objetivos e definições, com emenda de igual teor, apresentada por um constituinte, ou já tenha sido abordada e contemplada nos anteprojetos das comissões temáticas, ela será considerada como verificada e recebida. Este dispositivo, de acordo com análise da secretaria da Comissão, deve garantir o recebimento da maioria das propostas, já que muitos dos temas já foram defendidos por algum constituinte.

Segundo ele, "esse argumento de Constituição sintética é conversa fiada de quem não quer que ela seja um instrumento de transformação da sociedade". Bisol observa ainda que "uma nação injusta e instável não tem como produzir uma Constituição estável, a não ser que seja uma farsa".

Quando às críticas de que seu texto é redundante e detalhista ao extremo, rebateu que a redundância é da mais moderna técnica legislativa usada nos casos de uma norma geral de eficácia fraca, para evitar as violações pelo próprio legislador ordinário.

E o caso dos direitos iguais do homem e da mulher, "com a única exceção dos que têm a sua origem na gestação, no parto e no aleitamento". Bisol ficou particularmente magoado com as críticas a esse item, observando que os seus críticos ou não souberam ler o texto, ou o leram conscientemente de forma errada, para desacreditar o autor.

A redundância, segundo o senador gaúcho, é exatamente para fechar as possibilidades de violação, de discriminações criadas pelo legislador ordinário. Lembrou que a Constituição atual assegura, sucintamente, direitos iguais para o homem e a mulher. Mesmo assim, o pátrio poder é do homem, e a mulher se aposenta aos 25 anos, enquanto o homem só tem sua aposentadoria depois de 30 anos de trabalho. Quanto ao item que fala da obtenção de direito através do nascimento com vida, ressaltou que isso está no Código Civil; "Eu apenas fiz o traslado para a Constituição, porque essa é uma norma geral".

Bisol diz que não é dono da verdade, mas "não faço nada sem alguma razão". E rebateu os que defendem o direito à vida intra-uterina, os que são contra o aborto, dizendo que "isso é machismo, eles querem ser donos do útero feminino". A vida intra-uterina, chama atenção Bisol, não é um direito, é um bem jurídico, até porque não se pode exigir do Estado o cumprimento desse direito. Ele lembra que em 30 anos como juiz, jamais viu uma ré de classe média ou classe rica por crime de aborto: "Todas eram pobres, empregadas domésticas. Em vez de punir o aborto, precisamos punir a gestação da mulher pobre".



Bisol: apoio à redundância

Bisol diz que projeto é perfeito

O relator da Comissão de Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, senador José Paulo Bisol (PMDB-RS), desafia a quem quer que seja, seus críticos especialmente, para um debate sobre o seu relatório que, afirma, "tem fundamentação científica e não se presta a brincadeiras".

Maçoado com alguns setores da imprensa, que "não têm sido justos comigo" — citou pessoalmente o jornalista Alexandre Garcia — o senador Bisol responsabilizou a direita pelos ataques a seu relatório, especificamente o conceito de que a Constituição deve ser sintética.

Segundo ele, "esse argumento de Constituição sintética é conversa fiada de quem não quer que ela seja um instrumento de transformação da sociedade". Bisol observa ainda que "uma nação injusta e instável não tem como produzir uma Constituição estável, a não ser que seja uma farsa".

Quando às críticas de que seu texto é redundante e detalhista ao extremo, rebateu que a redundância é da mais moderna técnica legislativa usada nos casos de uma norma geral de eficácia fraca, para evitar as violações pelo próprio legislador ordinário.

E o caso dos direitos iguais do homem e da mulher, "com a única exceção dos que têm a sua origem na gestação, no parto e no aleitamento". Bisol ficou particularmente magoado com as críticas a esse item, observando que os seus críticos ou não souberam ler o texto, ou o leram conscientemente de forma errada, para desacreditar o autor.

A redundância, segundo o senador gaúcho, é exatamente para fechar as possibilidades de violação, de discriminações criadas pelo legislador ordinário. Lembrou que a Constituição atual assegura, sucintamente, direitos iguais para o homem e a mulher. Mesmo assim, o pátrio poder é do homem, e a mulher se aposenta aos 25 anos, enquanto o homem só tem sua aposentadoria depois de 30 anos de trabalho. Quanto ao item que fala da obtenção de direito através do nascimento com vida, ressaltou que isso está no Código Civil; "Eu apenas fiz o traslado para a Constituição, porque essa é uma norma geral".

Bisol diz que não é dono da verdade, mas "não faço nada sem alguma razão". E rebateu os que defendem o direito à vida intra-uterina, os que são contra o aborto, dizendo que "isso é machismo, eles querem ser donos do útero feminino".

A vida intra-uterina, chama atenção Bisol, não é um direito, é um bem jurídico, até porque não se pode exigir do Estado o cumprimento desse direito. Ele lembra que em 30 anos como juiz, jamais viu uma ré de classe média ou classe rica por crime de aborto: "Todas eram pobres, empregadas domésticas. Em vez de punir o aborto, precisamos punir a gestação da mulher pobre".

Amaral Netto, debaixo de vaia, xinga galerias

Vaziadurante a semana passada, as galerias do plenário da Constituinte receberam ontem à tarde cerca de 60 pessoas. Elas ficaram espalhadas em diversos grupos pequenos, sem faixas ou palavras de ordem que indicassem sua ligação a qualquer grupo de pressão, mas acompanharam atentamente toda a sessão, aplaudiram os pronunciamentos pelo fim da Lei de Segurança Nacional e vaiaram o deputado Amaral Netto (PDS-RJ).

A plateia já se viu o início da votação o anteprojetos da Constituição anunciado para ontem, mas acabou assistindo a mais um capítulo da briga entre os deputados Amaral Netto e Luiz Salomão (PDS-RJ), da qual até participou no final, como coadjuvante. Depois de responder a Salomão, o deputado Amaral Netto muito vaiado, não se conteve dirigiu-se às galerias gesticulando e gritando: "Vagabundos, vagabundos".

Essa briga já se arrasta há várias sessões. Tudo começou com uma denúncia feita por Salomão de que Amaral Netto e outros deputados faziam parte de uma conspiração para impedir a aprovação, na Constituinte,

de teses que contrariam os interesses econômicos internacionais.

Amaral Netto argumentou que a acusação era feita com base num documento sem assinatura e pediu à mesa da Constituinte que instalasse uma comissão de inquérito para apurar os fatos. Na quarta-feira passada, Amaral Netto foi à tribuna para exigir a instalação imediata da CPI, ameaçando começar a tratar o assunto "indecorosamente", depois de chamar Salomão, de Canalha.

Salomão distribuiu, ainda na quarta-feira, cópia da revista "Executive Intelligence", onde uma matéria assinada pela jornalista Sylvia Palácios faz as mesmas denúncias contra Amaral Netto, Delfim Netto (PDS-SP), Roberto Campos (PDS-MT) e Afif Domingos (VLT-SP). Ontem, Amaral Netto voltou à tribuna para dizer que a matéria da revista é uma falsificação, pois faz referência a uma outra matéria, do *Jornal do Brasil*, onde seu nome não é citado.

As vaias para Amaral Netto começaram assim que ele chegou ao microfone. O deputado defendeu-se, dizendo que as

vaias tinham sido "uma constante" na sua vida pública. "Eu adoro as vaias, principalmente partindo de quem partem", disse Amaral Netto, que, para seu prazer, foi ainda mais vaiado.

Ele avisou que não chamaria ninguém de canalha, "não vou usar adjetivos", como prometeu minutos antes ao deputado Ulysses Guimarães. Durante todo o pronunciamento, Amaral Netto referiu-se ao deputado petetista como "um certo senhor Salomão". Ao final, porém, não resistiu e adjetivou: "A CPI deve punir alguém. Ou eu por ser vendido ou o denunciante por ser mentiroso e canalha".

Como Salomão, ao responder, citou o nome de Amaral Netto, este sentiu-se no direito de usar a palavra novamente e foi atendido pelo presidente da sessão, Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP). Assustado com a perspectiva de assistir a mais um interminável bate-boca e não ter tempo de apresentar um requerimento de informações, que havia preparado, o deputado Haroldo Lima (PC do B-BA) pediu ao presidente da sessão para respeitar o regimento e não ficar concedendo a palavra indefinidamente a Salomão e Amaral Netto.



"Eu adoro as vaias", diz Amaral Netto e exige CPI para apurar denúncias de Luiz Salomão

Ulysses defende Carta "sintética"

O deputado Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte, defendeu a elaboração de uma Constituição sintética em artigo publicado no último número (de 13 a 19 de julho).

Defendendo o relator Bernardo Cabral, cujo anteprojetos tem sido muito criticado, Ulysses disse que ele não é o autor da proposta, já que seu trabalho, limitado pelo regimento interno, foi apenas o de coordenar os anteprojetos das comissões temáticas.

A respeito, disse que a proposta "é mera minuta, precária borrão". E perguntou: "Pode-se julgar que os andamentos são a casa?" e acrescentou: "Vamos corrigir, podar, reformular essa proposição-

larva, essa proposição-andaime".

Escrever é cortar letras, legislar é cortar artigos. A lei é feita vício no falar, no escrever, no legislar, disse o presidente da Constituinte, segundo ele, "cumpra não atentar contra a hierarquia, sem a qual não há ordem no império das leis". E parafraseando Jesus Cristo disse: "Dai à Constituição o que é da Constituição e às leis ordinárias o que conjuntamente lhes pertence".

Depois de afirmar que "a síntese e o respeito à hierarquia são a marca da funcionalidade e da perenidade da Constituição", Ulysses concluiu em tom de exortação: "Vamos juntos a 15 de novembro cruzar o disco de chegada".

"Só falta dar a hora certa de tomar café"

Numa crítica ao detalhamento do projeto constitucional elaborado pela Comissão de Sistematização, o senador João Meneses (PFL-PA) disse que "só falta se colocar no projeto a hora de tomar café, a hora de ir para a cama ou acordar".

Para o senador paraense, os trabalhos constitucionais já começaram prejudicados por um regimento interno "que se preocupou muito em amarrar nos seus dispositivos pensamentos e interesses de grupos". Para ele, também, a organização das comissões temáticas, em número de oito, subdivididas em grupo de três, pecou pela base, porque em várias subcomissões os assuntos não foram debatidos ou porque muitas delas se preocuparam apenas em fazer viagens para outros Estados.